

O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: UMA VISÃO DE DOCENTES DO ENSINO MÉDIO

Jaqueline Luiz da Silva ¹

Resumo

O objetivo deste trabalho foi verificar a visão de professores do Ensino Médio em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em uma escola da rede estadual do município de Tubarão. Esta pesquisa é um estudo de caso com fundamentação bibliográfica, para o qual foi definida uma população-amostra. Os dados foram coletados por meio de questionário com perguntas abertas. A análise dos questionários mostra que o ECA é um documento conhecido, mas que seu texto precisa ser mais divulgado, estudado; e que a legislação foi criada para assegurar direitos, mas também prevê deveres, que parecem ser negligenciados pelos alunos. Também foi observado que os alunos demonstram ter conhecimento do ECA, mas parecem observar e dar muito mais importância a seus direitos, por vezes negligenciando seus deveres, e que demonstram compreender o estatuto.

Palavras-chave: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ensino Médio. Docentes.

INTRODUÇÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), desde quando foi criado, há 24 anos, consolidou-se como a principal ferramenta de construção de políticas públicas e garantias de direitos de crianças e adolescentes. A partir desse documento, muitas escolas tiveram seus projetos alicerçados na garantia e nos direitos dos estudantes. A escola, em seu currículo, é sempre um espaço de construção, vivência e manifestação das políticas públicas. Deste modo, o Estatuto da Criança e do Adolescente representou, por um lado, as garantias dos estudantes e, por outro, para os professores, em muitos momentos, significou a liberdade de expressão das crianças e adolescentes, mas outros se sentiram acuados diante dos direitos, porque apenas estes eram visibilizados.

¹ Jaqueline Luiz da Silva. Graduada em Pedagogia – Uniasselvi. jaquelineluizsilva@hotmail.com.

Entende-se que se trata de um instrumento de lutas pelo direito a uma vida digna em que todos possam questionar e superar a exclusão social e toda a forma de preconceito. Diante desta temática, surge a questão problema: Qual é a visão dos professores do Ensino Médio de uma escola de rede estadual de ensino do município de Tubarão em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente? Para responder este questionamento definiu-se, como objetivo da pesquisa, verificar a visão dos professores do Ensino Médio em relação ao estatuto da criança e do adolescente, tendo como campo de estudo uma escola de rede estadual de ensino do município de Tubarão.

Para atingir o objetivo de pesquisa, foram definidos os seguintes objetivos específicos: (i) realizar pesquisa bibliográfica para fundamentar o estudo; (ii) coletar dados referentes às opiniões dos professores do Ensino Médio da escola campo de pesquisa por meio de questionário estruturado; (iii) analisar os resultados à luz de teóricos sobre o tema.

A pesquisa é bibliográfica, pois, para Gil (2010, p. 29), “esta modalidade de pesquisa inclui material impresso [...] bem como material disponibilizado pela internet”. Esta pesquisa também é classificada como um estudo de caso, que “costuma ser utilizado [...] para esclarecimento do campo de pesquisa em seus múltiplos aspectos” (GIL, 2010, p. 37). Gil ainda esclarece que o estudo de caso encarrega-se de um ou poucos objetos para permitir seu amplo conhecimento.

Como população-amostra para a realização deste estudo foram convidados sete (7) professores do Ensino Médio de uma escola da Rede Estadual do município de Tubarão. Barros e Lehfeld (2002, p. 57) esclarecem que “a amostra é a menor representação de um todo maior”, e é parte essencial do procedimento científico. Segundo Bauer e Gaskell (2010, p. 40), “a amostragem garante eficiência na pesquisa ao fornecer uma base lógica para o estudo de apenas partes de uma população sem que se percam informações”.

Para a coleta de dados organizou-se um questionário com 9 perguntas abertas. Bauer e Gaskell (2010, p. 64) afirmam que “a entrevista [...] é uma metodologia de coleta de dados amplamente empregada” e que “existem perspectivas, ou pontos de vista sobre fatos, além daquele da pessoa que inicia a entrevista” (FARR, 1982, *apud* BAUER; GASKELL, 2010, p. 65).

A análise dos dados coletados por meio das entrevistas visa à busca “do sentido mais explicativo dos resultados da pesquisa” (BARROS; LEHFELD, 2002, p.

87). Nela espera-se encontrar respostas, alcançando “conceitos explicativos sobre o problema enfocado” (BARROS; LEHFELD, 2002, p. 87). Espera-se, ainda, que com as discussões seja possível ampliar a concepção de direitos e deveres instaurados na Legislação por parte dos profissionais da educação.

Optou-se por privilegiar a liberdade de expressão, a igualdade e o envolvimento de toda comunidade escolar. Pretendeu-se, através desta pesquisa, estabelecer com clareza a filosofia para ajudar a elucidar as dúvidas dos docentes. Portanto, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de divulgar esta parte da legislação estabelecida pelo país, além de conhecer o entendimento que os docentes apresentam sobre o ECA.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – TRAJETÓRIAS E CONTEXTOS

Vivemos um momento de transformações, com mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas. Faz-se mister compreender como tais mudanças refletem no atendimento social e educacional, visto que as transformações do contexto atual implicam na legislação que ampara a criança e o adolescente, determinando novas diretrizes e parâmetros de atuação para o professor (ALVES, 2005).

Para compreender o que é ser professor nesse contexto, é necessário caracterizar o século XXI refletindo sobre as influências das mudanças sociais na prática pedagógica do professor e o que se espera dela.

Como lei maior, a Constituição é o mais importante conjunto de normas de um país, que determina as atribuições e limites das instituições, os direitos dos cidadãos e os deveres do Estado. Para ser efetivada, os preceitos da Constituição devem ser transformados em leis. No caso da infância, a lei mais importante é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90.

Segundo Arelaro (2006, p. 34), “o Estatuto da Criança e do Adolescente é um marco da proteção à infância no País e substituiu o Código de Menores”. Criado em 1927, o Código de Menores representava um avanço, já que trazia à tona uma legislação específica para crianças e adolescentes, inclusive com a ideia que crianças fossem separados das prisões e instituições de adultos. No entanto, trazia na sua essência um olhar para a infância pobre, abandonada e em conflito com a lei,

buscando garantir certa *ordem social*. Era um sistema focado na proteção e assistência através da justiça e assistência social, marcando o termo *menor* de forma pejorativa.

A Constituição de 1937 dispunha, em seu art. 127, que a infância e a juventude devem ser objeto de cuidados e garantias especiais por parte do Estado, o qual tomará todas as medidas destinadas a assegurar-lhes condições físicas e morais de vida sã e de harmonioso desenvolvimento de suas faculdades. O abandono da infância e da juventude importará falta grave dos responsáveis por sua guarda e educação. Aos pais, assiste o direito de invocar o auxílio e proteção do estado para subsistência e educação da prole (GADOTTI, 2000).

Para Aquino (2000, p. 45), “a carta magna mudou e, de lá pra cá, criou-se o ECA, um instrumento imprescindível para a sociedade brasileira”. O ECA significa a garantia de direitos básicos e fundamentais de jovens e adolescentes que, por meio deste importante instrumento, passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direito, imputando ao Estado e à sociedade a missão de defendê-los.

O ECA determinou questões, como os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes, as sanções, quando há o cometimento de ato infracional, quais órgãos devem prestar assistência e a tipificação de crimes contra criança. Ele é considerado um marco na proteção da infância e tem como base a doutrina de proteção integral, reforçando a ideia de *prioridade absoluta* da Constituição. Suscitou, portanto, a necessidade de um reordenamento na estrutura funcional das escolas e professores (AQUINO, 2000).

Antigamente, a escola podia ser entendida como o meio da passagem entre a família e a sociedade, o que já não ocorre mais. O grande avanço na mudança está na questão da responsabilidade. A inserção de responsabilidade sobre a criança e o adolescente no sistema regular de ensino definiu que as instituições, juntamente com as famílias, têm com responsabilidades pela promoção do desenvolvimento das crianças, ampliando suas experiências e conhecimentos, além de garantir-lhes a educação e a proteção.

Buscando contribuir para uma reflexão que aponte para a importância desta interface, é possível contribuir para um trabalho de caráter social e educativo, apontando algumas atribuições profissionais do docente nesse novo contexto educacional. O Estatuto da Criança e do Adolescente foi aprovado após reivindicações de movimentos sociais e setores da Igreja Católica. Esses

movimentos denunciavam a miséria e violência que atingia um grande contingente de crianças no Brasil, pois existia a Vara da Família para atender a infância, e o Juizado do Menor, para infância pobre e desvalida (ALVES, 2005).

Em termos gerais, a impressão que o ECA passa é que protege demasiadamente o jovem, tirando-lhe grande parte da responsabilidade que deve ser inerente para sua idade. Desta maneira, apareceram críticas ao Estatuto, diante da emergência de violência nas escolas e dos atos indisciplinados de alunos. Vários docentes atribuem, ao Estatuto, as demonstrações de desobediência, pois consideram que o ECA deu apenas direito às crianças e adolescente, mas não deu-lhes deveres (AQUINO, 2000).

Uma concepção diferente de infância se consolidou a partir do surgimento do Estatuto, impactando no modo de se tratar a criança e o adolescente até mesmo nas instituições de ensino e forçando o professor a tomar novas atitudes em relação a seus alunos (BRANDÃO, 2010, p. 42).

De acordo com Gadotti (2000, p. 75), “os docentes tiveram uma perda de autoridade na escola e atribuíram esse fenômeno ao Estatuto”. Conforme já exposto, o ECA só se consolidou após reivindicações de alguns setores da sociedade, dentre eles estavam os profissionais da educação. Para Abreu (2002, p. 14), “o professor com o ECA ganhou implicações para a educação brasileira e afirma que o respaldo do Estatuto do Adolescente oferece, com esse negócio que pode tudo, e como ficam o preparar os pilares com respeito e responsabilidade”? Assimilaram muito os direitos, mas pouco os deveres.

Segundo Abreu (2002, p. 31), “apenas alguns professores consideram o Estatuto da Criança e do Adolescente como avançado em termos de lei”. Os docentes creem que o Estatuto não é bem aplicado, atribuindo ao seu conjunto de normas ser causador da situação de caos e desordem em sala de aula.

Para Almeida (2001, p. 105, grifos do autor), “o ‘posicionamento’ dos professores em relação ao Estatuto não condiz com os termos da própria lei, além de enfatizar o caráter protetor do ECA”.

Contudo, o Estatuto traz direcionamentos a serem tomados frente aos atos infracionais cometidos pelos jovens. Portanto, a contribuição da escola pode gerar confusão, talvez por submetê-la a pressões de grupos em defesas de interesses específicos, em outras palavras, por torná-la palco de disputas de caráter ideológico.

Por vezes, a escola esquece que os pais e os alunos são sujeitos do processo educativo e que, certamente, tem muitas sugestões para a melhoria dos processos vivenciados na escola. Incluir a escola nesta tarefa sem responsabilizá-la é complicado, pois atrai sensibilidade e valores diferenciados (ALMEIDA, 2001, p. 107).

Nos dias atuais, a família tem entregado para a escola o encargo de ensinar seus filhos, e acredita que os mestres contagiem valores morais, regras e conduta, desde seus hábitos higiênicos até boas maneiras. Os professores, de certa maneira, percebem-se *amarrados* pelo Estatuto, que garante, por vezes, direitos demais. O âmbito escolar assegura o resultado do procedimento educacional, o respeito pelos conhecimentos e valores que os tipos de preconceito, enquanto sujeitos interessados em evoluir e aperfeiçoar como seres humanos e cidadãos comprometidos com a transformação da realidade (ARELARO, 2006).

Todavia, conforme Alves (2005, p. 11), “as opiniões e percepções docentes se dão pelo desconhecimento do Estatuto. O docente não tem noção do ECA e não conhece as leis. Ele transforma o ECA em bode expiatório”.

Segundo Bandão (2010), o ECA teria contribuído para dificultar a criação de uma identidade docente. A responsabilização do professor pelo aprendizado dos alunos também é um fator que contribuiu para a mudança nas relações escolares.

Aquino (2000, p. 82) defende que “uma análise sobre a aplicação do ECA seja apresentada nas escolas”. É uma proposta de termos pesquisadores, professores e educadores estudando a legislação nas escolas e buscando práticas exemplares de mediação. Para Pumes (2004, p. 49), “os professores entendem que os alunos são vândalos e revoltados, que não receberam a devida educação em casa e aplicam o desrespeito na escola.” O autor também afirma que alguns docentes entendem o ECA como uma legislação avançada, mas que o grande problema é não ser colocado em prática.

A VISÃO DOS PROFESSORES SOBRE O ECA

Para alcançar os objetivos deste trabalho, os dados referentes às opiniões dos professores do Ensino Médio da escola campo de pesquisa foram coletados por meio de questionário estruturado.

O questionário contou com nove (9) perguntas estruturadas, que buscaram traçar um perfil dos respondentes por meio de dados que versaram sobre sua

formação, inclusive continuada, gênero e tempo de serviço. Sete (7) professores participaram da pesquisa.

As quatro primeiras questões buscaram traçar o perfil dos profissionais e inquiriram sobre o gênero, formação (área, nível e continuada) e tempo de serviço.

O quadro 1 traz as informações sobre o perfil dos respondentes.

Quadro 1 – Perfil dos participantes da pesquisa

Informação do perfil	Número de respondentes
Sexo feminino	6
Sexo masculino	1
Pós-graduação	7
Formação continuada (1 a 3 vezes ao ano)	7
Tempo de serviço (0 a 5 anos)	5
Tempo de serviço (11 a 15 anos)	2

Fonte: desenvolvido pela autora com dados da pesquisa.

Por meio do quadro 1 é possível observar que a maioria dos respondentes é do sexo feminino, totalizando 86%. O perfil dos respondentes mostra dois (2) profissionais graduados em Geografia, três (3) em Pedagogia, um (1) em Matemática e um (1) em Letras, apontando para a diversidade de áreas. Todos os respondentes são pós-graduados nos seguintes cursos: Especialização em educação, pobreza e desigualdade social; Psicopedagogia; Metodologia do ensino de geografia; Interdisciplinaridade em educação especial; Metodologia de ensino da língua inglesa; Ciência dos saberes na educação; e Prática interdisciplinar nas series iniciais e educação. Um dos respondentes ainda possui formação complementar em Educação Especial.

Quanto à formação continuada, totalidade dos respondentes informou realizá-la de uma (1) a três (3) vezes ao ano. O questionário também abriu opções de resposta para nenhuma vez; 1 a 3 vezes; 4 a 6 vezes; e mais de seis.

Acerca do tempo de serviço, 71,5% dos profissionais responderam atuar entre zero (0) e cinco (5) anos, e 28,5% entre 11 e 15 anos.

Para saber o conhecimento que os professores têm sobre o ECA, cinco (5) das nove (9) perguntas inquiriram acerca do estatuto, conforme descrevemos a seguir.

A quinta pergunta inquiriu se o respondente tinha conhecimento da existência do ECA. A totalidade dos profissionais respondeu que sim. Um deles ainda acrescentou que ainda não leu, e outro que conhecia o básico: “apenas aquilo que adquiri de conhecimento para concurso”.

Foi questionado, com a pergunta de número seis (6): Sua escola tem trabalhado o ECA com as crianças e adolescentes?

Um dos respondentes afirmou que *não*; e outro, que *não tinha conhecimento*. Um dos respondentes certificou que *em alguns casos*. Dois dos participantes da pesquisa responderam apenas *sim*; mas dois deles utilizaram o espaço aberto para resposta e pronunciaram que “procura deixar claro as crianças e adolescentes seus direitos e deveres, sempre destacando o convívio com o próximo”; e que “sim, é trabalhado juntamente com os conteúdos de cada série, direito sobre a importância do nome, da família, direito à educação e à saúde, através dos valores que são trabalhados”.

Com a sétima pergunta buscou-se saber: “Você, já fez algum trabalho pedagógico com os alunos envolvendo o ECA? Caso afirmativo diga como”. Quatro respondentes afirmaram apenas que *não*. Entre os outros três foram obtidas as seguintes respostas: “Sim, o trabalho é feito constantemente, procurando deixar claros os direitos, mas para que isso aconteça ter que cumprir seus deveres” e “sim, através de textos nas aulas”; um dos respondentes afirmou que “não envolvendo o eca, mas se trabalha direitos e valores”.

Por meio da oitava pergunta questionou-se aos professores: “Que informações você percebe que os alunos têm sobre o ECA”?

Entre as respostas, um dos professores afirmou que “os alunos conhecem plenamente seus direitos e os cobram assiduamente; porém, desconhecem ou não querem conhecer seus deveres”. Outro respondente informou que “apenas de alguns direitos que os mesmos possuem”. O terceiro respondente informou que os alunos conhecem “os seus direitos, deveres não, ou fazem que não conhecem”. Outro respondente assegurou que “os alunos têm a informação que o ECA trata de direitos da criança e ado adolescente e devem ser protegidos”; um outro, que conhecem “somente dos seus direitos”; outros que “conhecem pouco, principalmente

os direitos”. O último respondente afirmou que “alguns direitos reconhecem informações referentes ao ECA, como seus direitos e deveres”.

A última pergunta versou sobre a compreensão, inquirindo: “Você acha que os alunos compreendem seus direitos e deveres prescritos no ECA? Argumente”. Dois dos entrevistados responderam apenas que *sim*. Outro respondente informou que

seus direitos conhecem plenamente. Porém, seus deveres, muitas vezes não ou não demonstram conhecer. Sabem cobrar, mas fazer por merecer, nem sempre é algo comum a eles. Precisamos estar em constante cobrança, sempre colocando- os a par de que só quando cumprimos nossos deveres e respeitamos o nosso semelhante, temos condições de cobrar nossos direitos.

Um dos entrevistados informou que “os direitos sim, mas os deveres a grande maioria não compreende”. Por uma outra resposta constatamos que os alunos conhecem “muito os direitos básicos; pouco ou nada de seus deveres”. Outro respondente ainda informou que, “a partir do momento que se trabalha direitos e deveres estabelecidos no ECA, os alunos passam a ter a consciência do que é certo e errado”; e pela resposta seguinte, que “compreendem mais os direitos, os deveres não”.

De posse destas informações, passamos às considerações sobre os resultados encontrados, descritos no próximo item deste trabalho.

CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo verificar a visão dos professores do Ensino Médio em relação ao estatuto da criança e do adolescente, tendo como campo de estudo uma escola de rede estadual de ensino do município de Tubarão.

Por meio de pesquisa bibliográfica, foi traçada a trajetória e contexto do ECA. Para conhecer a opinião dos professores do Ensino Médio da escola campo de pesquisa, foi aplicado um questionário que pode traçar o perfil dos profissionais.

Por meio das respostas foi possível perceber que a maioria dos respondentes era do sexo feminino e que a totalidade tinha pós-graduação. Os profissionais tinham formações diversas, entre os cursos de Geografia, Pedagogia, Matemática e Letras. Da mesma forma, todos os respondentes afirmaram realizar formação continuada de uma (1) a três (3) vezes ao ano, e o tempo de serviço da

maioria (71,5%) estava entre zero (0) e cinco (5) anos; os demais (28,5%), entre 11 e 15 anos.

As perguntas de número cinco (5) a nove (9) buscaram descobrir a visão dos docentes sobre o ECA. Por meio das respostas foi possível observar que todos sabem de sua existência e, embora uns tenham mais conhecimentos sobre o estatuto que outros, este documento não é desconhecido pelos docentes. Também se percebeu que nem todos os docentes trabalham utilizando o ECA e, embora não diretamente com o documento, os respondentes informaram procurar conscientizar os alunos sobre seus direitos e deveres.

O questionário também buscou saber se os professores já haviam realizado algum trabalho pedagógico com o ECA, e a maioria respondeu que não. Entretanto, percebeu-se, por meio das respostas, que os professores trabalham com a conscientização dos alunos, sobre seus direitos e deveres, utilizando outros textos e o próprio conteúdo das disciplinas.

Para saber a impressão que os professores têm sobre o conhecimento dos alunos acerca do ECA, duas perguntas foram direcionadas a essas informações. Pelas respostas, observamos que os alunos demonstram ter conhecimento do ECA, mas parecem observar e dar muito mais importância a seus direitos, por vezes negligenciando seus deveres, e que demonstram compreender o estatuto.

Com a realização deste trabalho, observa-se que o ECA é um documento conhecido, mas que seu texto precisa ser mais divulgado, estudado.

A legislação foi criada para assegurar direitos, mas também prevê deveres, que parecem ser negligenciados pelos alunos.

Este trabalho não esgota o assunto e, como sugestão para trabalhos futuros, recomenda-se que os estudos sobre o conhecimento do ECA sejam aprofundados, principalmente entre os discentes, com vistas a disseminar e conscientizar sobre deveres, e não somente direitos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Charles Jean início de. **Estudo crítico ao estatuto da criança e do adolescente**: comentários e análises. Porto Alegre: Síntese, 2002.

ALMEIDA, Marcello Ricardo. **A ignorância do estudante: filosofia do direito estudantil**. Blumenau, SC: Odorizzi, 2001

ALVES, N. **Formação dos professores: pensar e fazer**. São Paulo, Cortez, 2005.

AQUINO, Julio Groppa. **A desordem na relação professor-aluno: indisciplina, moralidade e conhecimento**. São Paulo: Summus, 2000.

ARELARO, L. R. G. **O Ensino no Brasil: avanços, perplexidades e tendências**, Campinas, vol. 26, n. 92, 2006.

BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2010.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **LDB passo a passo: Lei de diretrizes e bases da educação nacional, lei nº 9.394/96, artigo por artigo**. 4ª. ed. São Paulo: Avercamp, 2010.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, M. C. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

PUMES, P. R. **O Estatuto da Criança e do Adolescente e a autonomia do professor**. (Graduação em pedagogia). Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma: SC, 2004.